

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>25</b>
<b>DOCTRINA</b> .....	<b>27</b>
Base conceitual.....	27
Objetivos.....	31
Requisitos .....	32
Salutares disposições do corpo da Lei 9.296/96 .....	33
Crimes em interceptação de comunicações telefônicas, informáticas ou telemáticas .....	36
Outros Aspectos Legais .....	37
• Comunicações telemáticas .....	37
Estações Rádio Base .....	39
Advogado e sigilo profissional .....	40
Encontro fortuito de provas .....	41
Procedimentos de encaminhamento .....	42
Violação de dados por Comissão Parlamentar de Inquérito ...	42
<b>JURISPRUDÊNCIA</b> .....	<b>45</b>
Decisão judicial sucinta não prejudica a legalidade da interceptação telefônica .....	45
Proteção à comunicação não abrange dados cadastrais em si.	47
Admissibilidade da fundamentação baseada nas alegações de uma das partes, a precedente ou a decisão anterior nos autos	

do mesmo processo (motivação per relationem ou aliunde) para prorrogação de interceptação.....	47
Não necessidade de textualização das ligações telefônicas na integralidade.....	49
Admissibilidade de interceptação telefônica baseada em denúncia anônima somada a outros elementos.....	50
Inadmissibilidade probatória de comunicação firmada entre investigado e seu advogado.....	53
Prova emprestada de interceptação telefônica criminal para ação civil de improbidade administrativa.....	54
Admissibilidade da quebra de sigilo em período anterior ao de autorização de interceptação telefônica.....	56
Distinção entre afastamento de sigilo telefônico e interceptação telefônica.....	57
Legalidade do consentimento do responsável para escuta em curso de investigação em que há vítima incapaz.....	58
Legalidade da entrada em domicílio ou local equiparado, durante o período noturno, para instalação de equipamento destinado à captação e interceptação ambiental.....	59
Legalidade da prova decorrente de gravação clandestina por um dos interlocutores.....	59
Ilegalidade da gravação, por agentes policiais, de assunção de culpa de investigado não cientificado formalmente acerca de seu direito ao silêncio.....	60
Necessidade de autorização judicial para devassa de mensagens armazenadas em celular de apreendido em flagrante.....	60
Impossibilidade do uso do espelhamento do WhatsApp Web como meio de obtenção de prova, ainda que provida de autorização judicial.....	61
Admissibilidade de prova emprestada de processo crime para instrução de processo administrativo.....	62
Aplicação da Teoria do Juízo Aparente.....	62
Admissibilidade de prova de crime punido com detenção no curso de interceptação telefônica legal.....	62

Necessidade de remissa imediata dos autos ao juízo competente quando se amoldar investigação sobre pessoa dotada de foro privilegiado.....	63
Duração da interceptação telefônica.....	63
Necessidade de degravação integral apenas das comunicações relevantes ao processo.....	64
Invalidação da prova por quebra da cadeia de custódia.....	65
<b>ASPECTOS PRÁTICOS .....</b>	<b>69</b>
Aspectos inaugurais .....	69
Caso prático – Homicídio qualificado.....	70
Procedimentos iniciais de implementação e acesso a ferramentas investigativas .....	77
Aspectos práticos conforme as peculiaridades das principais operadoras de telefonia.....	78
• VIVO/TELFÔNICA – SA .....	78
• CLARO/EMBRATEL .....	83
• TIM.....	85
• OI.....	88
• ALGAR TELECOM – CTBC.....	92
• NEXTEL.....	94
Localização por Estações Rádio Base .....	97
• Requisição de registros de Estação Rádio Base.....	101
Interceptação telefônica por IMEI .....	104
Uso dos endereçamentos IPs (internet protocols) na investigação criminal.....	105
• Aspectos práticos para a pesquisa no Whois do site regisbro.br .....	107
Interceptação do fluxo das comunicações telemáticas e afastamento do sigilo dos dados.....	111
• Microsoft (Hotmail, Outlook, Xbox, Live, Skype etc.) .....	113
• Yahoo.....	114

• Locaweb .....	115
• Dropbox .....	116
• Google – versão 2019.3 .....	116
• Facebook/Instagram.....	121
• WhatsApp .....	124
• Apple.....	127
<b>RECURSOS TECNOLÓGICOS APLICADOS NA INTER- CEPTAÇÃO .....</b>	<b>131</b>
Nuix Voice .....	131
Gestão de Interceptação Legal .....	132
Guardião .....	133
RSA NetWitness Suite.....	134
Verifact .....	134
<b>CADEIA DE CUSTÓDIA .....</b>	<b>137</b>
• Aspectos introdutórios.....	138
• Conceito .....	138
• Início da cadeia de custódia .....	139
• Responsabilidade .....	140
• Etapas .....	140
• Recipiente de Acondicionamento e Lacração .....	142
• Central de Custódia e Acesso aos Vestígios .....	143
• Formulário para registro de recepção e tramitação de evidência (cadeia de custódia) .....	144
<b>MODELOS DE PEÇAS.....</b>	<b>147</b>
Relatório de serviço de implementação de interceptação tele- fônica.....	147
Auto circunstanciado em interceptação telefônica .....	150
Ofício requisitório de dados cadastrais .....	154

Ofício de criação de login e senha de acesso .....	156
Representação por interceptação telefônica.....	158
Representação afastamento de sigilo telefônico de linha e registros de erbs, bem como criação de logins e senhas às plataformas .....	161
Representação afastamento de sigilo de dados eletrônicos e registro do facebook.....	164
Representação para prorrogação de interceptação telefônica; interrupção de dados móveis e afastamento de dados eletrônicos em nuvem e registros referentes a whatsapp, google e apple (denominada “interceptação combo – ict”).....	166
Representação para interceptação telemática de contas do whatsapp (extrato de mensagens) – versão 2019.2.....	174
Requisição visando interrupção de dados móveis dos investigados encaminhado após deferimento da representação .....	177
Representação de afastamento do sigilo dos dados eletrônicos armazenados pelo google e interceptação telemática .....	179
<b>LEGISLAÇÃO .....</b>	<b>183</b>
Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.....	183
Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.....	184
Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013 .....	187
Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 .....	188
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.....	202
Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019 .....	218
Regulamentação no Estado de São Paulo.....	267
Resolução CNJ nº 59, de 9 de setembro de 2008 – Conselho Nacional de Justiça .....	267
Portaria DGP-27, de 07.07.2005 – Polícia Civil do Estado de São Paulo .....	276
Provimento nº 02/2009 – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo .....	277

<b>ANEXO I .....</b>	<b>283</b>
Anexo I - investigação criminal tecnológica – elaborado por Higor Vinicius Nogueira Jorge .....	283
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>287</b>